ANA MARIA VEIGA
CLAUDIA REGINA NICHNIG
CRISTINA SCHEIBE WOLFF
JAIR ZANDONÃ
Organização

MUNDOS DE MULHERES NO BRASIL

Ana Maria Veiga
Claudia Regina Nichnig
Cristina Scheibe Wolff
Jair Zandoná
(Organização)

MUNDOS DE MULHERES NO BRASIL

Editora CRV
Curitiba – Brasil
2019

Copyright © da Editora CRV
Editor-chefe: Railson Moura
Diagramação e Capa: Editora CRV
Revisão: Geresa Bondan e Maria Isabel de Castro Lima

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CATALOGAÇÃO NA FONTE

M954

Mundos de mulheres no Brasil / Ana Maria Veiga, Claudia Regina Nichnig, Cristina Scheibe Wolff, Jair Zandoná (organização) – Curitiba : CRV, 2019.
550 p.

Bibliografia
ISBN 978-85-444-3129-0
DOI 10.24824/978854443129.0

1. Ciências sociais. 2. Relações de gênero. 3. Feminismos. 4. Gênero. 5. Mulheres. I. Veiga, Ana Maria. org. II. Nichnig, Claudia Regina. org. III. Wolff, Cristina Scheibe. org. IV. Zandoná, Jair. org. V. Título. VI. Série.

CDU 396(81)

CDD 305.42

Índice para catálogo sistemático
1. Mulheres 305.42

ESTA OBRA TAMBÉM ENCONTRA-SE DISPONÍVEL EM
FORMATO DIGITAL.
CONHEÇA E BAIXE NOSSO APLICATIVO!

2019

Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004
Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV
Todos os direitos desta edição reservados pela: Editora CRV
Tel.: (41) 3039-6418 - E-mail: sac@editoracrv.com.br
Conheça os nossos lançamentos: www.editoracrv.com.br

Conselho Editorial: Comitê Científico:

Aldira Guimarães Duarte Domínguez (UNB)	Angelo Aparecido Priori (UEM)
Andréia da Silva Quintanilha Sousa (UNIR/UFRN)	Arnaldo Oliveira Souza Júnior (UFPI)
Antônio Pereira Gaio Júnior (UFRRJ)	Carlos Ugo Santander Joo (UFG)
Carlos Alberto Vilar Estêvão (UMINHO – PT)	Dagmar Manieri (UFT)
Carlos Federico Domínguez Avila (Unieuro)	Edison Bariani (FCLAR)
Carmen Tereza Velanga (UNIR)	Elizeu de Miranda Corrêa (PUC/SP)
Celso Conti (UFSCar)	Fauston Negreiros (UFPI)
Cesar Gerónimo Tello (Univer. Nacional Três de Febrero – Argentina)	Fernando Antonio Gonçalves Alcoforado (Universitat de Barcelona, UB, Espanha)
Eduardo Fernandes Barbosa (UFMG)	Giovani José da Silva (UNIFAP)
Elione Maria Nogueira Diogenes (UFAL)	José de Ribamar Sousa Pereira (Exército Brasileiro/Ministério da Defesa)
Élsio José Corá (UFFS)	Kelly Cristina de Souza Prudencio (UFPR)
Elizeu Clementino de Souza (UNEB)	Liv Rebecca Sovik (UFRJ)
Fernando Antônio Gonçalves Alcoforado (IPB)	Marcelo Paixão (UFRJ e UTexas – US)
Francisco Carlos Duarte (PUC-PR)	Marcos Aurelio Guedes de Oliveira (UFPE)
Gloria Fariñas León (Universidade de La Havana – Cuba)	Maria Schirley Luft (UFRR)
Guillermo Arias Beatón (Universidade de La Havana – Cuba)	Mauro Guilherme Pinheiro Koury (UFPB)
Jailson Alves dos Santos (UFRJ)	Ricardo Ferreira Freitas (UERJ)
João Adalberto Campato Junior (UNESP)	Renato Jose Pinto Ortiz (UNICAMP)
Josania Portela (UFPI)	Rubens Elias da Silva (UFOPA)
Leonel Severo Rocha (UNISINOS)	Sergio Augusto Soares Mattos (UFRB)
Lídia de Oliveira Xavier (UNIEURO)	Silvia Maria Favero Arend (UDESC)
Lourdes Helena da Silva (UFV)	Sonia Maria Ferreira Koehler (UNISAL)
Marcelo Paixão (UFRJ e UTexas – US)	Suyanne Tolentino de Souza (PUC-PR)
Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UNOESC)	
Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UFOPA)	
Maria Cristina dos Santos Bezerra (UFSCar)	
Paulo Romualdo Hernandes (UNIFAL-MG)	
Renato Francisco dos Santos Paula (UFG)	
Rodrigo Pratte-Santos (UFES)	
Sérgio Nunes de Jesus (IFRO)	
Simone Rodrigues Pinto (UNB)	
Solange Helena Ximenes-Rocha (UFOPA)	
Sydione Santos (UEPG)	
Tadeu Oliver Gonçalves (UFPA)	
Tania Suely Azevedo Brasileiro (UFOPA)	

Este livro foi avaliado e aprovado por pareceristas *ad hoc*.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
MUNDOS DE MULHERES E FAZENDO	
GÊNERO – ACADEMIA EM MOVIMENTO	13
<i>Ana Maria Veiga</i>	
<i>Claudia Regina Nichnig</i>	
<i>Cristina Scheibe Wolff</i>	
<i>Jair Zandoná</i>	

I. GÊNERO E FEMINISMOS

CAPÍTULO 1	
REDES FEMINISTAS NO ENFRENTAMENTO DO	
RACISMO PATRIARCAL HETERONORMATIVO	19
<i>Cláudia Pons Cardoso</i>	
CAPÍTULO 2	
DUELO, DESOBEDIENCIA Y DESEO	31
<i>María Pia López</i>	
CAPÍTULO 3	
DIREITOS REPRODUTIVOS E REPRODUÇÃO ASSISTIDA:	
aportes da sociologia do corpo	39
<i>Laurence Tain</i>	
CAPÍTULO 4	
COALICIONES QUEER: aborto, feminismo y	
disidencias sexuales (1990 a 2005 en Buenos Aires)	49
<i>Mabel Bellucci</i>	
CAPÍTULO 5	
GÊNERO E FEMINISMO EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIA:	
o papel de uma educação crítica	61
<i>Carla Giovana Cabral</i>	
CAPÍTULO 6	
NAS PROFUNDEZAS RASAS DO CORPO:	
semióticas a-significantes e processos de subjetivação	
e dessubjetivação dos marcadores sociais de gênero	73
<i>Durval Muniz de Albuquerque Júnior</i>	
CAPÍTULO 7	
CRÍTICA FEMINISTA E NARRATIVAS PÓS/DESCOLONIAIS:	
os limites do gênero e da representação	87
<i>Sandra Regina Goulart Almeida</i>	

CAPÍTULO 8	
O DISCURSO OPOSICIONAL E OS	
PARADOXOS DA REPRESENTAÇÃO	97
<i>Leila Assumpção Harris</i>	

II. FEMINISMOS HISTÓRICOS E CONTEMPORÂNEOS

CAPÍTULO 9	
FEMINISMOS, PADRÕES DE ATUAÇÃO E DISPUTAS	
POLÍTICAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	109
<i>Flávia Biroli</i>	

CAPÍTULO 10	
LOS RETOS DEL FEMINISMO EN LA ERA DEL “FASCISMO	
SOCIAL” Y DEL NEO-INTEGRISMO RELIGIOSO	
EN CENTROAMÉRICA	119
<i>Montserrat Sagot</i>	

III. ARTE E GÊNERO: subversões, resistências e afirmatividade

CAPÍTULO 11	
EXPOSICIONES DE ARTE FEMINISTAS Y/O DE LO QUEER:	
¿resistencias, utopías o arqueologías?	133
<i>Rosa Maria Blanca</i>	

CAPÍTULO 12	
MARCHA DOS VADIOS DE ALICE PORTO: apropriações	
de fotografias de feministas em manifestações feministas	139
<i>Ana Maio</i>	

CAPÍTULO 13	
OCUPAR O ENSINO DE ARTES COM AS REFLEXÕES	
SOBRE RELAÇÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADES	145
<i>Rafael Siqueira de Guimarães</i>	

IV. CORPOS, SABERES, TERRITÓRIOS: desafios do gênero e da negritude na contemporaneidade

CAPÍTULO 14	
SEXUALIDADE, GÊNERO E DISTOPIA NAS LITERATURAS	
AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA	153
<i>Mário César Lugarinho</i>	

CAPÍTULO 15	
IMITAÇÃO DE SARTRE E SIMONE DE BEAUVOIR OU A	
DIFICULDADE DAS RELAÇÕES SOCIAIS E AFETIVAS NO	
PÓS-INDEPENDÊNCIA ANGOLANO	165
<i>Maria Teresa Salgado</i>	

CAPÍTULO 16	
CORPOS NUS DE MULHERES NEGRAS:	
poéticas da violência / poéticas da resistência	175
<i>Catarina Martins</i>	

CAPÍTULO 17	
A ESCRITURA COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E PODER:	
autoras com origens em ex-colônias italianas na África	185
<i>Márcia de Almeida</i>	

CAPÍTULO 18	
CORPO, DISCURSO E POESIA EM AUTORAS NEGRAS	
CONTEMPORÂNEAS: linguagens eco(dis)tópicas	197
<i>Izabel F. O. Brandão</i>	

V. FILOSOFIA FEMINISTA NA AMÉRICA LATINA

CAPÍTULO 19	
ALGUNOS APUNTES SOBRE FEMINISMOS EN AMÉRICA LATINA	213
<i>María Luisa Femenías</i>	

CAPÍTULO 20	
FEMINISMO DIALÓGICO	223
<i>Márcia Tiburi</i>	

CAPÍTULO 21	
A ATUALIDADE DO FEMINISMO NEGRO E	
INTERSECCIONAL DE LÉLIA GONZALEZ	231
<i>Carla Rodrigues</i>	

VI. GÊNERO, DIVERSIDADES E EDUCAÇÃO: perspectivas contemporâneas

CAPÍTULO 22	
A QUEM TUDO QUER SABER, NADA SE LHE DIZ:	
uma educação sem gênero e sem sexualidade é desejável?	241
<i>Fernando Seffner</i>	

CAPÍTULO 23	
ASCENSÃO E QUEDA DE UMA POLÍTICA EDUCACIONAL LGBT	251
<i>Alexandre Bortolini</i>	

CAPÍTULO 24	
GÊNERO E EDUCAÇÃO – A EXPERIÊNCIA DO GDE	263
<i>Olga Regina Zigelli Garcia</i>	

VII. O CUIDADO COMO UM DIREITO: produção e reprodução da vida humana

CAPÍTULO 25	
INTERFACES ENTRE VIOLÊNCIAS DE	
GÊNERO E AÇÕES DE CUIDADOS	275
<i>Lourdes Maria Bandeira</i>	
CAPÍTULO 26	
GÉNERO, MIGRACIONES Y CUIDADO COMUNITARIO	
EN CONTEXTOS DE RELEGACIÓN URBANA	289
<i>María José Magliano</i>	
CAPÍTULO 27	
E QUEM VAI CUIDAR DELAS? MIGRAÇÃO	
INTERNACIONAL DE MULHERES ORIGINÁRIAS	
DA AMÉRICA LATINA E TRABALHOS DE CUIDADO	299
<i>Delia Dutra</i>	

VIII. PSICOLOGIA, GÊNERO E SAÚDE

CAPÍTULO 28	
GÊNERO E SAÚDE: encrencas transdisciplinares para a psicologia?	311
<i>Anna Paula Uziel</i>	
CAPÍTULO 29	
GÊNERO, GERAÇÃO E SAÚDE:	
diálogos entre a antropologia e a psicologia	317
<i>Mónica Franch</i>	
CAPÍTULO 30	
SAÚDE MENTAL E GÊNERO	327
<i>Valeska Zanello</i>	

IX. GÊNERO E DEFICIÊNCIAS: dos modelos e representações às múltiplas vivências

CAPÍTULO 31	
DIVERSIDADE FUNCIONAL, PORNOGRAFIA	
E PÓS-PORNOGRAFIA	339
<i>Jorge Leite Jr.</i>	
CAPÍTULO 32	
GÊNERO, DEFICIÊNCIA E A PRODUÇÃO	
DE VULNERABILIDADES	353
<i>Marivete Gesser</i>	

X. GÊNERO E VIOLÊNCIAS NA AMÉRICA LATINA

CAPÍTULO 33	
AFECTOS JUSTOS: testimonio, violencia y género	365
<i>Claudia Bacci</i>	
CAPÍTULO 34	
AFECTOS, DUELO Y JUSTICIA EN LAS PRODUCCIONES VISUALES SOBRE MUJERES PRESAS Y MUERTAS POR ABORTAR EN AMÉRICA LATINA	381
<i>Nayla Luz Vacarezza</i>	
CAPÍTULO 35	
EL GÉNERO Y LA GENERALIZACIÓN DE LA VIOLENCIA EN EL CONTEXTO MEXICANO ACTUAL	393
<i>Mariana Berlanga</i>	
CAPÍTULO 36	
MUJERES Y RESISTENCIA: las múltiples guerras en el marco del conflicto armado colombiano	403
<i>Izabel Solyszko Gomes</i>	

XI. RELAÇÕES DE GÊNERO NO MUNDO DO TRABALHO

CAPÍTULO 37	
DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, PRECARIZAÇÃO E DESIGUALDADES INTERSECCIONAIS	415
<i>Helena Hirata</i>	
CAPÍTULO 38	
LA DESIGUAL ECUACIÓN ENTRE EL GÉNERO Y EL TRABAJO: perspectivas feministas	425
<i>Débora D'Antonio</i>	
CAPÍTULO 39	
TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS NA TRAJETÓRIA E ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES	437
<i>Junéia Martins Batista</i>	
CAPÍTULO 40	
A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA	451
<i>Ela Wiecko V. de Castilho</i>	

XII. MULHERES RURAIS E AGRICULTORAS

CAPÍTULO 41	
QUE FEMINISMO É ESSE QUE NASCE NA HORTA?	463
<i>Maria Ignez Silveira Paulilo</i>	

CAPÍTULO 42	
METODOLOGÍAS DE CO-CREACIÓN DE CONOCIMIENTOS PARA LA CONSTRUCCIÓN DEL MEDIO RURAL LATINOAMERICANO DESDE LAS MUJERES	475
<i>Ana Dorrego Carlón</i>	

XIII. INFÂNCIAS, JUVENTUDES E GÊNERO: em debate a interseccionalidade

CAPÍTULO 43	
JÓVENES MILITANTES, SEXUALIDAD Y REVOLUCIÓN: algunos dilemas en torno a los interrogantes, las categorías y a la interpretación histórica de los años setenta	485
<i>Isabella Cosse</i>	

CAPÍTULO 44	
MEDICALIZACIÓN, INFANCIA E INTERSECCIONALIDAD: historias de vida en Argentina	491
<i>Cecilia Rustoyburu</i>	

XIV. GÊNERO, MÍDIAS E REDES SOCIAIS

CAPÍTULO 45	
LAS LUCHAS FEMINISTAS Y LAS PERIODISTAS CON VISIÓN DE GÉNERO: una articulación indispensable	507
<i>Florencia Laura Rovetto</i>	

CAPÍTULO 46	
LA ESCUELA AUDIOVISUAL AL BORDE (2011-2016): políticas de la representación y activismo contrasexual globalizado	517
<i>Marta Cabrera</i>	

CAPÍTULO 47	
CONTRANARRATIVAS NEGRAS E DE GÊNERO EM MÍDIAS DIGITAIS	527
<i>Célia Regina da Silva</i>	

CAPÍTULO 48	
NEOCAPITALISMO EN RED: cuerpos a la carta	539
<i>José María Valcuende del Río</i>	

SOBRE OS ORGANIZADORES	547
------------------------------	-----

CAPÍTULO 16

CORPOS NUS DE MULHERES NEGRAS: poéticas da violência / poéticas da resistência

Catarina Martins¹

“Femme nue, femme noire [...],
Je te découvre, Terre promise...” (SENGHOR, 1944)

Nos países africanos, em geral, e nos países africanos de língua oficial portuguesa, em particular, o colonialismo encontrou nos corpos nus das mulheres negras um instrumento concreto e retórico axial para o exercício material e simbólico das mais extremadas práticas de poder. Tendo como objeto a(s) mulher(es), reais ou metafóricas, estas práticas destinavam-se, sobretudo, à dominação dos homens brancos sobre os homens negros, segundo uma lógica em que as corporalidades eram discursivamente construídas para sustentar uma hierarquia civilizacional e legitimar a imposição de uma ordem social codificada segundo os eixos de género e de raça. De facto, para lá da linha abissal que separa colonizador de colonizado, um espaço onde, como afirma Sousa Santos (2007), só são válidas as lógicas da apropriação e violência, estas não são exercidas de forma homogênea. A ordem social sexuada do mundo colonizador é transferida, por imitação, para o mundo colonizado, no qual, como constata Lugones (2010), não havia “homens vs mulheres”, mas apenas “machos vs fêmeas”. Desta forma, constrói-se uma hierarquia na qual as mulheres, meros corpos negros e nus, foram levadas ao extremo do despojamento que permite a máxima apropriação, por todos os agentes de uma complexa rede de relações de poder, incluindo os próprios homens negros. Se estes homens também eram corpos aos dispor do colonizador, possuíam ainda a capacidade de expressão de posse sobre as suas mulheres. Nos corpos de fêmeas negras, a nudez aparece como a própria inscrição da alienabilidade, ou seja, trata-se de corpos que são definidos por um constante “não-ser”, manifesto na disponibilidade de utilização por parte de outrém, através de diferentes modos de exploração, do trabalho, ao sexo e à reprodução. O modo de “haver” destes não mais que corpos nus é, por conseguinte, o modo da negação e da violência. Assinale-se que, na retórica lusotropicalista que sustenta o império português em particular, o enaltecimento da mestiçagem mais não é do que o elogio da licença para violar.

¹ Professora Auxiliar do Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Investigadora do Centro de Estudos Sociais. É Doutorada em Literatura Alemã pela Universidade de Coimbra (2008). Tem publicado sobre temas de estudos feministas e pós-coloniais, literatura comparada, literatura de expressão alemã e literaturas africanas, em particular de mulheres. De entre as suas actuais áreas de investigação destacam-se os estudos pós-coloniais e os estudos feministas, associados a temas e problemáticas das literaturas e culturas. E-mail: cmartins@ci.uc.pt

Os corpos femininos, negros e nus aparecem, ainda, como eixo estruturante do discurso que sustenta esta ordem política colonial, constituindo o nó de um repertório simbólico e de uma gramática adaptáveis aos diferentes contextos em que, literalmente ou por analogia, é necessário firmar relações de poder assentes na intersecção de raça e género. Assim, a terra africana, virgem, núbil e fértil, que se oferece ao colonizador, aparece como o corpo feminino apropriável, sobretudo devido à exuberância selvagem e ao excesso sensual da sua Natureza. Estes atributos, por sua vez, são conferidos às mulheres negras, como Evas arquetípicas num *heart of darkness* que seduz inexoravelmente e ameaça, devendo, pois, ser domado. A estrita corporeidade destas fêmeas, no quadro do caos irracional dos territórios selvagens, forma o contraponto com a incorporeidade das mulheres brancas, paradoxalmente associadas a uma espiritualidade virtuosa e à pureza de Maria, mesmo na qualidade de mães. Esta oposição permite diferenciar os frutos de ventres brancos e negros, mesmo quando produto do mesmo sêmen (uns, humanos; outros sub-humanos), licencia a opressão de mulheres negras por mulheres brancas, e responsabiliza as negras pelas sistemáticas violações. A gramática da diferença sexual serve, também, discursivamente a caracterização do negro, ora efeminado, quando interessa destacar a inferioridade em relação ao homem branco, cuja espingarda, a tecnologia, constitui um falo mais potente do que qualquer arma primitiva, ora hipersexualizado, quando interessa sublinhar a sua natureza selvagem, que a missão civilizadora deve neutralizar. Neste último caso, a apropriação da mulher negra por parte do homem branco chega a aparecer retoricamente como um acto bondoso de proteção daquela em relação à violência do negro. Na realidade, o que se pretende com este acto é a aniquilação do negro pela humilhação que constitui a ocupação violenta da “sua” mulher, numa contenda masculina em que a mulher serve apenas de objeto de disputa, cujo sofrimento não é sequer considerado. Assim, os corpos de mulheres negras fornecem o conjunto de atributos que permitem configurar discursivamente mesmo as relações de poder entre homens, brancos e negros, ou do homem branco sobre a mulher branca. Desta forma, mesmo que sempre ausentes no seu “não-ser”, estes corpos possuem uma materialidade extremamente densa e ubíqua na poética e na política do colonialismo, a qual é sempre uma escrita e uma prática da violência nas formas mais extremas.

O facto de a lógica de apropriação e violência, manifesta no outro lado da linha abissal do colonialismo, ser diferenciada em termos de género torna-se claro quando atentamos nos projetos anticoloniais e das independências. Neste contexto, em que a cultura é mobilizada para consubstanciar ideias de nação e se torna crucial para a mobilização de uma ideia de povo, em particular nos anos que precederam e durante a luta armada, as noções de origem, de autenticidade, de tradição, são evocadas a partir de um reportório simbólico e poético associado à Mulher, consonante com a construção mítica da responsabilidade do movimento da Negritude. O poema “Femme Noire” (1944), de Léopold

Sédar Senghor (Senegal), é o epitome da figuração da África num corpo negro e nu de mulher, Terra-Mãe-origem protectora e fecunda, ou terra-sensualidade arquetípica, cujas curvas e texturas reproduzem as paisagens de um território a ser possuído e fecundado pelo homem (BOEHMER, 2005, p. 24). Os homens são os sujeitos que escrevem, pelejam, se erguem virilmente como heróis sobre um objeto – o mesmo território-corpo feminino que o colono também cantara e possuía. No discurso masculino, a Mulher mítica fornece um corpo (corpus) metafórico a uma poética de violência que sustenta as dominações sucessivas exercidas sobre as mulheres africanas. Mais do que isso: a exploração das mulheres reais chega a ser celebrada enquanto essência africana (e, portanto, naturalizada e não transformável): a da mulher rural da maternidade sucessiva e sacrificada, das cargas transportadas à cabeça e do filho amarrado às costas, da tradição etnicizada e de uma temporalidade primitiva, da ignorância, da oralidade, das línguas locais, uma mulher excluída das linguagens e das práticas da modernidade. De facto, é discursivamente criada uma dualidade sexuada, que permite ancorar a identidade nacional africana em tempos remotos, através das representações do feminino e, simultaneamente, apresentá-la como protagonista de uma modernidade urbana, através das representações do masculino como o Homem Novo do discurso marxista, que se propagou em Angola e em Moçambique, os casos de que aqui me ocuparei. Este Homem Novo, supostamente desetnicizado e sem sexo e, por isso, igualitário, servirá como base política para a conceção de um corpus jurídico que configura uma cidadania moldada pelo masculino e consagra a supremacia dos homens nos direitos e nas práticas sociais. Assim, no contexto da libertação do colonialismo, mais uma vez, os corpos nus de mulheres negras são manuseados como um instrumento discursivo fundamental de um poder que agora é negro, mas permanece masculino e patriarcal, e que igualmente os objetifica, domina, expropria, controla e violenta. A linha abissal última desloca-se, assim, para a fronteira entre homens negros e mulheres negras.

Este facto torna-se claro na literatura que desempenhou um papel fulcral nas independências africanas. De facto, desde o poema já evocado de Senghor ao romance emblemático do anticolonialismo africano – *Things Fall Apart* –, do nigeriano Chinua Achebe, é evidente um paradigma que reforça as masculinidades africanas à custa de um papel subalterno para as mulheres. Estas são obras canónicas, legitimadas pela crítica literária e pela historiografia pelo seu valor nacionalista, que quase nunca dá atenção à forma como é naturalizada a violência exercida sobre as mulheres pelos heróis negros, como uma espécie de fator inerente às próprias vitórias sobre o colonizador. O exemplo maior nas literaturas lusófonas é, talvez, Pepetela. Em romances como *Mayombe* ou *A Geração da Utopia*, a apropriação do corpo feminino através da violação sexual surge recorrentemente sob uma óptica idealizada que jamais perturba a legitimidade moral dos heróis ou até a alimenta. O corpo feminino existe em

função do guerreiro ou converte-se na natureza em que este mergulha para renovar as forças indispensáveis para o combate pela nação.

Este facto extraordinário tem de constituir um apelo fortíssimo a uma autor-reflexão dos estudos que se ocupam das literaturas africanas, os quais necessitam de uma revisão profunda travejada por perspectivas feministas. Devemos interrogar não somente as ausências de vozes femininas, mas os próprios modelos epistemológicos androcêntricos que sustentam a hermenêutica textual. Estes convertem a crítica literária em agente ativo destas ausências, validando um cânone e uma periodização em que as vozes femininas, enquanto sujeito, não podem ter lugar. Ou seja, enquanto as mulheres permanecerem adstritas ao “não-ser” de corpos nus, disponíveis como material poético para a dominação masculina, o seu lugar na escrita será também um “não-lugar” ou um lugar eternamente marginal – a prateleira da “literatura de autoria feminina” (MATA, 2015, p. 24), identificada apenas a partir dos anos 80 do séc. XX, e caracterizada da seguinte forma:

[...] estes títulos revelam, à partida, uma diferente perspectiva, esta subjetiva, porque vivencial e intimista [...]. As vozes femininas da actualidade, não descurando a dimensão comunitária, já prenunciam uma busca individual, mais íntima e sonhadora, mesmo quando a sua preocupação última é colectiva... (MATA, 2007, p. 425).

A colagem das literaturas africanas, por parte da crítica, a um fazer histórico de ordem política e pública, construído discursivamente em moldes androcêntricos, bem como, por vezes, às ideologias dos processos de construção nacional, tem importantes consequências. De um ponto de vista feminista, que entende que o “privado é também público”, bem como do ponto de vista pós-colonial, que percebe a noção de “privado” como uma herança colonial ocidental, distinta das mundivisões mais fortemente comunitárias das culturas africanas, é difícil compreender uma separação entre uma escrita do coletivo (masculina), e uma escrita intimista, do individual ou do “corpo amoroso” (feminina). Acresce que a própria ideia de História em que o estudo das literaturas africanas assenta é estruturada sobre pilares epistemológicos ocidentais que as expressões culturais africanas tradicionalmente contrariaram: desde logo, uma noção linear e teleológica de tempo, em que o passado tem menos peso do que, por exemplo, os cultos da ancestralidade, no âmbito de temporalidades circulares ou de espaços/tempo que se interpenetram; a preocupação com a factualidade e a menor atenção ao universo mítico, com a correspondente focalização em territórios materiais, e não em espaços imaginados, nómados, híbridos; a História como sucessão de linhas de conflito geralmente dicotómicas (colonizador / colonizado; branco / negro), e de eventos políticos e guerreiros, entre outros. A esta construção da História e da nação, em particular em países como Angola e Moçambique que sofreram duas longas guerras, corresponde toda uma gramática masculina da violência, estruturada em torno de heróis e mártires masculinos e valores másculos como

a força, a valentia, a resistência, validando-se lugares de memória associados às conquistas da força ou ao tombar do corpo masculino.

O corpo de mulher, negro e nu, surge, pois, como o elemento central de uma poética da violência que sustenta discursivamente toda uma estrutura de dominação masculina. As mulheres escritoras africanas reconhecem claramente este facto e convertem o mesmo corpo no eixo de poéticas da resistência, invertendo, desde logo, o objeto que é escrito (possuído, dominado) no sujeito que escreve. O confronto intertextual e a reescrita da poética masculina, que passa, inevitavelmente, pela reescrita da própria violência a partir de uma posição radicalmente outra, constituem, assim, um momento essencial para o resgate e a reivindicação desse corpo, e para a reinscrição das mulheres numa História e num corpo nacional através de narrativas com protagonistas e *topoi* completamente distintos. A título de exemplo, cito dois poemas de Ana Paula Tavares e Ana de Santana (Angola) e alguns elementos dos romances *Niketche. Uma História de Poligamia* (2002) e *O Alegre Canto da Perdiz* (2008), de Paulina Chiziane (Moçambique). Estes textos constituem uma disputa pelo espaço, pelo tempo, e por um dizer do coletivo no sentido de, justamente, rever as linhas semânticas e as lógicas discursivas androcêntricas e ocidentais (e, nesse sentido, coloniais) da História e da identidade angolana e moçambicana. Estas escritoras partem de uma ressignificação do corpo feminino e negro, ostentando a nudez como forma de negar a sua expropriação e objetificação. Os corpos das mulheres aparecem como arma de cisão de corpora institucionalizados (o corpo nacional, o corpus do cânone literário, os corpos emblemáticos de papéis sociais normativos), de modo a criar fissuras em que se inscrevam camadas de espaços concomitantes e de tempos coevos, até aqui silenciados e ocultados.

Começo por Paula Tavares e o seu primeiro livro, *Ritos de Passagem* (1985), o qual interpreto como uma proposta de reinscrição do corpo feminino e negro no “ser” real e no tempo. De um modo que só aparentemente se reduz à expressão de anseios e desejos individuais, Tavares revela, afinal, que este corpo sensualizado foi e é o próprio território do político. Em *Alphabeto* (TAVARES, 2007, p. 58), o eu lírico identifica claramente o corpo feminino como constante produto de uma escrita alheia, ciclicamente recomposto. A dactilografia, um percorrer táctil da pele-superfície de escrita, é só aparentemente libertadora. As asas que esta reescrita abre não permitem superar inscrições anteriores, fazendo surgir uma pluralidade de cicatrizes. Trata-se de um corpo-palimpsesto-objeto, ainda entregue às mãos de um “tu” que, no poema “Desossaste-me” (TAVARES, 2007, p. 54), é evocado num tom de acusação pela dimensão de violência inerente à recomposição escrita. Esta desenvolve-se como atos sucessivos de desmembramentos e inscrições num universo Outro ao sujeito da enunciação – o universo masculino –, em relação ao qual o corpo feminino representa um conjunto de antíteses: ferida e prótese, maldita e necessária. O texto decorrente desta inscrição é inexoravelmente aquele que serve uma totalidade construída

pelo masculino, que se instituí como teleologia do feminino, reduzindo-o a um estatuto de “não-ser”. Até que, num momento muito forte de rutura, o corpo feminino completo e vivo (aceso), que usa os próprios instrumentos de inscrição (tacula), recusa o papel subserviente materializado nas tarefas domésticas e na reclusão e reclama, em maiúsculas, a voz incisiva, o poder de decisão, a sua libertação e um estatuto de sujeito.

Enquanto o primeiro poema parece remeter para um tempo iterativo inextricável de alienação do corpo feminino exposto à inscrição de violências repetidas, o segundo opera uma cisão nesta continuidade temporal e espacial do universo-*-Todo-homem*, reclamando para o Eu enunciador um momento iniciático e uma geografia própria. O tempo é também iterativo, mas no sentido da repetição contínua do gesto de emancipação. Em ambos os poemas, o corpo e o sentir não são meramente individuais nem evocam apenas o coletivo das mulheres. Acima de tudo, confrontam as estruturas discursivas patriarcais da construção cultural, as suas axialidades espaço-temporais, e a desmaterialização do corpo feminino, negro e nu numa mitificação que serve o poder patriarcal. De resto, o conjunto do volume desenvolve-se sob o signo da “passagem” para uma outra escrita do corpo já nem feminino nem masculino, em que as metáforas são despidas da semântica rígida que possuíam no corpo retórico da “africanidade” para se abrirem a deslocamentos e transformações num espaço sempre transicional e de tradução. Os sangues vertidos pelas mulheres (menstruação, desvirginação, parto, violação), por exemplo, passam a ocupar o lugar central em “cerimónias de passagem” que asseguram a unidade cultural num tempo elíptico, substituindo-se aos sangues dos heróis homens conquistadores num tempo linear. Como no poema de Ana de Santana, intitulado “Canção para uma Mulher”, incluído em *Sabores-Odores & Sonho* (1985), em que o dizer do corpo feminino é um canto silenciado de uma “música estuprada à força do falo” (GIOVETH; SANTOS, 2005, p. 39) e o ato de fecundação é atribuído a mulheres sem homem, um momento fundacional que carece ainda de bocas femininas libertas e de filhos que inscrevam o corpo feminino, não como recetáculo, mas como verdadeiro agente do ato de criação, mesmo quando este resulta do “estupro” que metonimicamente designa toda a violência real e simbólica exercida sobre o corpo das mulheres. De resto, no poema “Ralhete” (GIOVETH; SANTOS, 2005, p. 38), que inscreve habilmente a guerra num espaço onde público e privado não se distinguem, não encontramos apenas a voz de uma mãe que admoesta severamente o filho que reclama dela funções maternas tradicionais, mas a interpelação de todo um horizonte de expectativas relativamente ao que é a mulher-mãe-África, em particular num contexto de conflito que problematiza as identidades estruturantes da unidade nacional construída na literatura patriarcal. O corpo feminino enquanto tropo é, mais uma vez, decomposto em partes que recusam o papel servil que exerciam na construção ideológica masculina. A cisão com esta construção é localizada, expressamente, na apresentação do ato da fecundação como violação, que impede

a concretização da maternidade nos termos que a deviam definir. O Eu feminino que afirma que “a minha boca / há muito se fechou à força / do fuzil do homem / que em mim te semeou” é, paradoxalmente, neste registro de “Ralhete”, uma voz fortíssima, em que dor é indissociável de resistência, vontade e decisão. Um sujeito, e nunca uma vítima.

Portanto, estas poetisas questionam, com a sua escrita, não apenas o que é narrado no corpus da cultura, mas o modo da narrativa, os seus topoi, e as posições de sujeito / objeto, agente / paciente, os tempos e os espaços que nela se concretizam. Atente-se neste belíssimo passo de *Niketche* (2002), de Paulina Chiziane:

Nós, mulheres, fazemos existir, mas não existimos. Fazemos viver, mas não vivemos. Fazemos nascer, mas não nascemos. Há dias conheci uma mulher do interior da Zambézia. Tem cinco filhos, já crescidos. O primeiro, um mulato esbelto, é dos portugueses que a violaram durante a guerra colonial. O segundo, um preto, elegante e forte como um guerreiro, é fruto de outra violação dos guerrilheiros de libertação da mesma guerra colonial. O terceiro, outro mulato, mimoso como um gato, é dos comandos rodesianos brancos, que arrasaram esta terra para aniquilar as bases dos guerrilheiros do Zimbábwe. O quarto é dos rebeldes que fizeram a guerra civil no interior do país. A primeira e a segunda vez foi violada, mas à terceira e quarta entregou-se de livre vontade, porque se sentia especializada em violação sexual. O quinto é de um homem com quem se deitou por amor pela primeira vez. Essa mulher carregou a história de todas as guerras do país num só ventre (CHIZIANE, 2002, p. 277-278).

Desta forma concentrada, Chiziane reconta a História nacional a partir dos corpos das mulheres. Estas são geralmente excluídas não somente da noção heroica de combatentes, da resistência persistente do quotidiano da retaguarda, como até da história da dor. Mártires são os homens que tombam, mas nunca mulheres como esta, que Chiziane resgata. O corpo negro desta mulher tem gravada em si a História do seu país, onde as mulheres são a substância e a permanência numa inconstância de homens. O corpo negro deixa de ser metáfora e a mitificação é anulada através da crueza de uma realidade excessivamente violenta. Para além disso, não se mostra uma mulher vítima. O conceito de vítima é ressignificado na forma como a mulher recupera a propriedade e a capacidade de ação do seu corpo usurpado e se torna criadora de uma nova raça por actos de resistência e amor. Esta raça moçambicana é inevitavelmente mestiça, pois os conflitos da história nunca resultam em separação, mas em histórias misturadas que jamais conseguirão dissociar-se. A História não é uma linha só com um fim único, mas uma trama materializada nos corpos e pelos corpos de mulheres em que linhas convergem, se cruzam e divergem, perfazendo uma cartografia complexa, paradoxal.

Uma intenção semelhante à do passo citado de *Niketche* é a que vemos desenvolvida em *O Alegre Canto da Perdiz*, que conta a História de Moçambique

da perspectiva de três mulheres de três gerações da mesma família, do período colonial, passando pelas guerras e construindo a utopia de um país pacificado e conciliado. A narrativa começa com a aparição inusitada de uma mulher negra e nua, junto dos montes Namuli, na província da Zambézia, que são associados à origem do mundo. De seguida, o romance desenvolve-se em dois planos. Um deles é uma série de lendas que reescrivem o domínio do mítico, em paralelo com o da História, numa ótica de mulheres heroicas. A Zambézia, metonímia de Moçambique, é retratada como feminina, uma terra fértil cobiçada pelos “marinheiros” – os colonizadores brancos. Se se mantém a típica associação da mulher à terra africana, a construção de Moçambique aparece, porém, como uma contenda sexuada, um paradoxo de desejo e violência, prazer e dor, cujo centro e agente são as mulheres. Os seus corpos violentados, como no poema de Ana de Santana, são o lugar sofrido da criação de “uma nova raça”. Também os corpos femininos vertem sangue, mas a sua heroicidade assenta numa ação criadora e unificadora radicalmente inversa ao ato masculino, destruidor e traidor. O erotismo e a sensualidade femininos e masculinos surgem como uma vivência coletiva, como forças moventes da História, e não como expressão de um desejo subjetivo:

De todas as sereias, a Zambézia era a mais bela. Os marinheiros invadiram-na e amaram-na furiosamente, como só se invade a mulher amada. A Zambézia bela, encantada, gritava em orgasmo pleno: vem, marinheiro, ama-me, eu te darei um filho. Eu e tu, sempre juntos, criando uma nova raça. [...] Os navegadores correram de aldeia em aldeia, deramando sangue, profanando túmulos, pervertendo a história, fazendo o impensável. A Zambézia abriu o seu corpo de mulher e engravidou de espinhos e fel. [...] Havia lógica em tudo aquilo. O homem apaixonado tudo arrasa para possuir a mulher amada. É a vida. Primeiro o prazer do amor, na gestação da dor. Com enjoos e vômitos para temperar a gravidez. O corpo transformado, rasgado, ferido. O sangue fluindo, no parto da nova nação (CHIZIANE, 2008, p. 64).

O outro plano diegético é uma enorme analepse que conta o passado de Maria das Dores, o corpo nu exposto na abertura do romance. Maria das Dores é vendida pela mãe, sofre os maus-tratos do marido num lar polígamo e foge, levando os filhos pequenos que perde num Moçambique em guerra. É, como a mulher de Niketche, um corpo prostituído, violentado, de muitos sangues. É um mapa físico, traçado por cicatrizes, de uma deambulação solitária e desesperada pelo território do país, numa procura pelos filhos que é também a procura pela identidade de um povo. Maria das Dores contradiz e complexifica as representações típicas da mulher africana: mãe que dá à luz, mas cuja maternidade é o martírio de um ventre e um coração expoliados pela perda daqueles que gerou; corpo nu, mas não virgem, nem núbil – um corpo repetidamente penetrado, libertado paradoxalmente pelo sofrimento extremo. Um corpo que transporta um poder de transformação obriga a um olhar novo sobre conflitos, divisões e caos:

Colocámos os pretos e os brancos na batalha das raças, mas eles tanto se bateram até que se beijaram. E se apaixonaram pela bravura de um e de outro. Acabaram casados, numa só paixão, formando uma só família [...]. No final desta guerra seremos um. Esses filhos metade pretos, metade brancos, metade asiáticos, serão os fósseis a partir dos quais se compreenderá a nossa História. Nas próximas gerações as raças se amarão, sem ódio nem raivas, inspiradas no nosso exemplo. [...] Terá chegado o momento de inventar novas raças e recriar novas humanidades (CHIZIANE, 2008, p. 333-334).

Com esta conclusão, Chiziane faz uma reavaliação da História em que os heróis e as valentias são perspetivados com matizes vários. Procede-se à reinscrição das mulheres no papel de criadoras, cujos corpos são entendidos como armas e locus de combate, e cujos sangues – das violações e dos partos – são reconhecidos como sangues igualmente vertidos pela pátria. Esta reinscrição é colocada em oposição à destruição motivada pelo ímpeto de conquista violenta de colonizadores e resistentes anticoloniais, materializado nas guerras sucessivas. Para além disso, o corpo feminino negro e nu, aparecido junto dos montes Namuli, a que o romance regressa no final como um colo materno original, converte-se no momento utópico de unidade nacional, através da criação de uma identidade mestiça para Moçambique.

A subalterna, a quem foi negada voz, disputa um espaço de fala, para contar as experiências vividas pelas mulheres, a especificidade das opressões e violências que sofreram no colonialismo, no processo de constituição dos novos países e na pós-colonialidade. Os seus corpos deixam de ser metáfora para se mostrarem de uma forma muito assertiva como um terreno de disputa no qual o poder e a violência se inscreveram sempre de forma profundamente material. As mulheres que escrevem tornam claro que estas sujeitas nunca foram passivas, tendo, pelo contrário, desenvolvido estratégias várias de resistência e de afirmação que obrigam a uma leitura muito mais complexa dos processos históricos do colonialismo e das independências do que a matriz teleológica e heroica androcêntrica do Novo Homem africano. As estruturas e dinâmicas sociais e políticas dos territórios africanos colonizados e dos países independentes surgem, nas obras escritas por mulheres, como mais intrincadas, com cruzamentos e camadas insuspeitados, nomeadamente por factores raciais e sociais se intersectarem com variadas dimensões sexuadas. Neste reclamar da História por parte das escritoras africanas, os corpos femininos, negros e nus erguem-se e obrigam a uma nova compreensão de si, de quem os oprimiu, e das relações entre ambos. Obrigam, finalmente, a uma nova percepção e a uma nova linguagem para uma narrativa Outra da História e da memória nacionais, em que se deslocam a semântica e o valor de conceitos estruturantes como opressão, submissão, conquista, heroísmo e sangue. A matéria simbólica da qual se constrói a nação será só aparente a mesma e, no entanto, radicalmente invertida.

REFERÊNCIAS

BOEHMER, Elleke. *Stories of Women*. Gender and Narrative in the Postcolonial Nation. Manchester and New York: Manchester UP, 2005.

CHIZIANE, Paulina. *Niketche. Uma História de Poligamia*. Lisboa: Caminho, 2002.

_____. *O Alegre Canto da Perdiz*. Lisboa: Caminho, 2008.

GIOVETH, Filomena; SANTOS, Seomara. *O Amor Tem Asas de Ouro*. Antologia da Poesia Feminina Angolana. Luanda: UEA, 2005.

LUGONES, Maria. Toward a Decolonial Feminism. *Hypatia*, v. 25, n. 4, p. 742-759, 2010.

MATA, Inocência. A Literatura Angolana entre Utopias e Distopias: Um Percorso. *Textos e Pretextos*, Lisboa, n. 19, p. 9-26, 2015. (Angola. Poesia e Prosa)

_____. Mulheres de África no Espaço da Escrita: A Inscrição da Mulher na Sua Diferença. In: MATA, Inocência; PADILHA, Laura C. *A Mulher em África. Vozes de uma margem sempre presente*. Lisboa: Colibri, 2007. p. 421-440.

OWEN, Hilary. *Mother Africa, Father Marx. Women's Writing of Mozambique 1948-2002*. Lewisburg. Bucknell University Press, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 78, p. 3-46, outubro 2007.

TAVARES, Paula. *Ritos de Passagem*. Lisboa: Caminho, 2007.